



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

O PAPEL DO ORIENTADOR EDUCACIONAL

BÁRBARA LUIZA GUIMARÃES DE OLIVEIRA DA SILVA

**Brasília – DF
Junho, 2015**

Bárbara Luiza Guimarães de Oliveira da Silva

O PAPEL DO ORIENTADOR EDUCACIONAL

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dr^a Sônia Marise Salles Carvalho.

Brasília – DF

2015

Trabalho final de curso de autoria de Bárbara Luiza Guimarães de Oliveira da Silva, intitulado “O *PAPEL DO ORIENTADOR EDUCACIONAL*”, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade de Brasília, em 30/06/2015 à banca examinadora abaixo assinalada:

Professora Dra. Sônia Marise Salles Carvalho (Orientadora)

Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília - UnB

Professor Dr. José Luiz Villar Mella (Examinador)

Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB

Professora Dra. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira (Examinadora)

Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília - UnB

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família que sempre esteve ao meu lado durante todo o meu percurso, aconselhando-me sempre que necessário e educando-me para que eu me tornasse o ser humano que sou.

AGRADECIMENTOS

Não há como pensar em agradecimento e não remeter à minha família, que sempre esteve do meu lado. Primeiramente a meus avós, que nunca mediram esforços para que eu chegasse até esta importante etapa. A minha tia Erika que sempre me apoiou em cada decisão e me mostrou os melhores caminhos a serem seguidos e ao meu irmão, que sempre me deu forças para seguir meus sonhos.

À minha rainha, minha mãe, que mesmo não estando de corpo presente, me guiou, cuidou de todos os meus passos da maneira mais linda possível. A ela todo o meu amor, dedicação e orgulho.

A todos os amigos que tiveram total paciência para entender todos os momentos e permanecerem comigo. Em especial à minha amiga e irmã do coração, Thania.

A todo o amor, paciência e apoio de Ana Carolina, Letícia Anne e Vivianna Paiva.

À UnB que me proporcionou momentos únicos e junto a eles, amigas maravilhosas, que pretendo levar para além da vida acadêmica. Não tem como deixar de agradecer, em especial, à Kerollayne, por toda a doação do seu tempo, sempre disposta a ajudar a todos.

Ao lindo, um homem incrível que a vida me deu a graça de conhecer. Obrigada pela total dedicação, apoio, paciência e por acreditar tanto em mim.

E por último e não menos importante, à professora, orientadora, mãe de todos, Sônia Marise. Eterna gratidão por ter sido tão presente em minha jornada acadêmica. Por sua paciência e zelo de sempre, pela paciência na orientação, por seu apoio e inspiração no amadurecimento dos meus conhecimentos e conceitos que me levaram a execução e conclusão desta monografia.

DA SILVA, Bárbara Luiza Guimarães. O papel do orientador educacional, Universidade de Brasília/Faculdade de Educação (Trabalho de Conclusão de Curso), 2015.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo investigar a importância do Orientador Educacional na comunidade escolar bem como os benefícios que este profissional traz ao ambiente escolar. Para isso recuperamos a trajetória da Orientação através da sua evolução no Brasil com intenção de ilustrar os caminhos da Orientação até a atualidade. Através de uma observação participante, que valoriza o conhecimento baseado na experiência, foi possível evidenciar, diante da minha vivência em duas escolas particulares do Distrito Federal, qual é a atuação do Orientador Educacional, que ainda hoje está alicerçado na resolução de conflitos. A partir disto buscou-se planejar mudanças para delinear o papel desse profissional, pensando em uma nova atuação para o Orientador Educacional dentro da escola, com o intuito de valorizar suas funções, atendendo as necessidades dos envolvidos no processo educacional. Conclui-se, portanto, que a escola deve procurar compreender qual é o papel do Orientador Educacional, buscando valorizá-lo, e este profissional, por sua vez deve ter conhecimento de suas funções e adapta-las as demandas do contexto escolar.

Palavras-chave: Orientador educacional, escola, educação.

DA SILVA, Bárbara Luiza Guimarães. O papel do orientador educacional, Universidade de Brasília/Faculdade de Educação (Trabalho de Conclusão de Curso), 2015.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the importance of the Guidance Counselor in the school community and the benefits this brings to the professional school environment. For this retrieve the trajectory of guidance through its evolution in Brazil intended to illustrate the orientation of the paths to the present. From a participant observation, which values the knowledge based on experience, it became clear, before my experience in two private schools of the Federal District, which is the role of the Guidance Counselor, which is still rooted in conflict resolution. From this we sought to plan changes to delineate the role of this professional, thinking about a new role for Educational Advisor within the school, in order to enhance its functions, meeting the needs of those involved in the educational process. We conclude, therefore, that the school should try to understand what is the role of the Guidance Counselor, seeking treasure it, and this professional in turn should be aware of their roles and adapts them the demands of the school setting.

Keywords: Guidance Counselor, school, education

EPÍGRAFE

“Tudo é suportável quando há amor. Meu desejo é que você dê mais amor a mais pessoas. A única coisa que vive para sempre é o amor” (Elisabeth Kubler Ross)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
PARTE I - MEMORIAL ACADÊMICO	10
PARTE II - CAPÍTULO 1 – Breve histórico da Orientação Educacional.....	17
CAPÍTULO 2 - RELATO DE EXPERIENCIA: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	26
2.1 Escola 1: Uma escola focada no acesso ao Ensino Superior	27
2.2 Escola 2: Uma escola que forma para a vida em sociedade.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
PARTE III - PERSPECTIVAS PARA O FUTURO	42
REFERÊNCIAS.....	434

APRESENTAÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é um pré-requisito para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Sob a orientação da Prof^a Dr^a Sônia Marise Salles Carvalho têm como objetivo apresentar o papel do Orientador Educacional e suas contribuições no espaço escolar.

O trabalho se divide em três partes de acordo com as normas acadêmicas. A primeira parte é o memorial acadêmico, onde relato minha vida acadêmica desde suas primícias até a conclusão desta importante etapa, mostrando em que momento da minha trajetória acadêmica observei a necessidade de conhecer melhor o papel do Orientador Educacional.

A segunda parte trata-se do relato de experiência com aporte teórico e metodológico, no qual abordo os principais autores acerca do tema, demonstrando qual o papel do orientador educacional e definindo o que é a Orientação Educacional. Apresento também relatos de experiências vivenciadas durante meu curso acadêmico, desenvolvendo propostas de melhoria para um bom desempenho profissional do orientador educacional nas escolas.

Na terceira parte apresento minhas perspectivas pessoais e profissionais como Pedagoga, tais como na área de trabalho e no meu interesse na formação continuada.

PARTE I

MEMORIAL ACADÊMICO

Bárbara Luiza Guimarães de Oliveira da Silva, nascida em Brasília, dia 1 de Julho de 1993, filha de Katia Adriana Guimarães e Laudeci Antônio da Silva.

A minha trajetória escolar se inicia aos quatro anos de idade, em Brasília – DF. Onde nasci e cresci. Passei por fases difíceis, mas graças a minha família consegui superar as dificuldades e chegar até aqui.

No Jardim I II estudei no Colégio Marista João Paulo II, localizado na Asa Norte. Ainda lembro-me da professora que me alfabetizou. Professora Shirlei. Foi muito marcante para mim, pois foi na época que senti mais falta do meu pai após a separação. Quando completei três anos, comecei a sentir a ausência, mesmo que minha mãe e meus avós não deixassem faltar absolutamente nada. O resultado dessa ausência refletiu no meu desenvolvimento cognitivo em período escolar, até que minha professora Shirlei identificou o problema e sugeriu acompanhamento com psicólogo. Fiz o tratamento por oito anos, e superei. Durante o tratamento, a professora foi muito paciente e dedicada, pois além dessa dificuldade, eu tinha dislexia e fazia acompanhamento com a fonoaudióloga. E mesmo assim, ela nunca desistiu.

Permaneci nessa escola até a 3ª série. Na 4ª série fui para o Colégio INEI de Brasília, fazia período integral, onde no turno contrário fazíamos atividades extracurriculares. Fiz de tudo um pouco, ballet, jazz, natação, Inglês, teatro, culinária e reforço escolar. Mas só estudei lá por um ano, pois minha mãe passou por dificuldades financeiras e procurou alguma escola pública que fosse perto de onde morávamos. Conseguimos uma vaga na escola classe 306 norte, mas ela queria na 104 norte, por ser a escola pública modelo do Distrito Federal. O ano letivo começou e ainda não tínhamos conseguido vaga na escola 104 norte, então fui para a escola da 306 norte. Não me adaptei muito bem, mas não tinha o que fazer a não ser esperar vaga na escola 104 norte. Duas semanas após o início letivo, minha mãe recebeu a notícia de que havia uma vaga e que ainda daria tempo de me mudar de escola.

Escola Classe 104 norte, foi onde fiz a 5ª e 6ª série. Quando entrei, senti muito a mudança, pois estava acostumada a ficar em período integral, e na escola

104 norte só tinha escola parque uma vez por semana. Não me recordo muito bem, mas você só poderia escolher três modalidades para realizar na escola parque, e elas eram fixas, ou seja, você passaria o bimestre todo realizando a atividade escolhida, não poderia trocar. Todas as terças de manhã eu tinha escola parque, e com o passar dos meses, comecei a amar todo aquele novo cenário, todas as atividades propostas e fui conhecendo pessoas que até hoje são muito importantes em minha vida.

Em 2006, a minha mãe precisou fazer uma cirurgia e veio a falecer por erro médico. Foi sem dúvida o momento mais difícil da minha vida, pois éramos muito próximas e eu dependia dela para tudo. Graças a Deus, ela me deu um irmão e uma família maravilhosa. Minha tia, a irmã mais nova da minha mãe, foi quem ficou a frente de tudo e cuidou de todos os detalhes. Sem dúvidas, tudo que sou, devo a ela. Como minha mãe trabalhava em uma escola, conseguimos uma bolsa integral no Colégio Dromos PIO/XII.

Estava passando por um momento muito delicado por conta da perda da minha mãe e minha vida tinha mudado em todos os sentidos. Fui morar com meus avós e mudei de escola. Não queria ter mudado, pois todos os meus colegas continuariam na escola da 104 norte, mas minha família achou melhor assim.

Entrei no Colégio Dromos para cursar a 7ª série. Foram dias muito difíceis, pois ela faleceu dia 11/01/2006 e as aulas começaram dia 27/02/2006, ainda estava tudo muito recente e eu não tinha vontade alguma de ir para a escola. Mas minha tia conversou muito comigo e decidi ir. A escola oferecia um suporte pedagógico sem igual. Uma semana antes do início das aulas, meus avós e minha tia foram até a direção para contar nossa história e pedir apoio, para que eles observassem o meu comportamento e do meu irmão, e qualquer coisa poderiam entrar em contato. E eles foram além, fizeram todo um trabalho de adaptação, e o melhor, foram discretos.

Fizeram um trabalho maravilhoso de integração comigo e com meu irmão. Não demorou dois meses e já estávamos completamente integrados e começando a enxergar as coisas de outra maneira. A escola tinha uma visão humanista, o que facilitou todo o processo. Lá conheci pessoas incríveis, que me ajudaram a superar, da melhor maneira, tudo que estava passando. Pessoas que estão comigo até hoje e são essenciais em minha vida.

Meu coordenador pedagógico teve um papel fundamental em minha vida. Ajudou-me a superar a perda de minha mãe e me fez perceber que a vida continuava, que precisava seguir bem e ir atrás dos meus sonhos. Recordo-me muito bem, houve um dia que na hora do intervalo eu não quis descer, fiquei na sala, ele me viu chorando e me chamou para conversar. Foi a primeira vez que falei o que sentia em relação à perda da minha mãe. Conversamos muito e ele disse que queria me mostrar um vídeo, se eu topava assistir. Eu topei. O vídeo se chama “Tony Melendez” um jovem que nasceu sem os membros superiores. Mostra as dificuldades diárias que ele passava que vão do preconceito até as coisas mais simples, como lavar uma louça, tomar banho e escovar os dentes. Simples para mim que nasci “perfeita”.

O rapaz adorava tocar violão, e tocava lindamente com os pés. Nunca se lamentou por ter nascido sem os braços e demonstra estar sempre feliz. Um grande exemplo de superação, de que tudo nessa vida só depende de nós mesmos. Emocionei-me ainda mais ao ver o vídeo, consegui ter outra visão de mundo e levantar a cabeça. Entendi que a tristeza é inevitável, mas que não podemos parar a vida por conta disso devemos transforma-la em algo que nos impulse positivamente.

De todas as escolas que estudei, essa foi, sem dúvida, a mais importante e marcante pra mim. O corpo pedagógico mantinha uma relação de afeto com os alunos, e achei aquilo muito diferente de tudo que já tinha visto nas escolas. Alias, foi esse afeto e preocupação que mudou completamente o rumo que minha vida tomou.

Terminei o Ensino Médio em 2010, nessa mesma escola. Sempre sonhei em fazer psicologia, nada me faz mais feliz do que poder ajudar alguém. Pesquisava sobre o assunto e me interessava muito. Mas quando estava no 3º ano do ensino médio, meu coordenador pedagógico disse que eu tinha perfil de pedagoga, e me perguntou se nunca havia pensado nisso. Não, eu não conhecia nem o curso. Mas pela admiração que tinha no trabalho que realizavam a vontade de fazer parte de um corpo pedagógico e poder mudar a vida de alguém, decidi pesquisar sobre o curso.

É uma decisão muito difícil a ser tomada, nos fazemos muitos questionamentos, além da insegurança e medo de não fazer a escolha “certa”. Então decidi que o 1º vestibular de 2011 iria prestar para Psicologia. Não passei e

continuei estudando, pois não tínhamos condições financeiras para pagar uma faculdade. Quando fui fazer a minha inscrição para o segundo vestibular de 2011, decidi que prestaria para Pedagogia. Para minha surpresa, passei.

Foi um momento único, por mais que eu estudasse, parecia um sonho totalmente utópico, e quando meu nome saiu na lista dos aprovados, no dia 19/07/2011, foi à realização de um sonho, por mais que estivesse na dúvida da profissão que escolheria pra minha vida.

Fiquei muito receosa com início do curso, era uma fase completamente diferente de tudo que já tinha vivido. Mas foi muito diferente do que eu imaginava, os veteranos nos receberam muito bem e a Faculdade de Educação é um local muito acolhedor.

Os veteranos organizaram uma semana de adaptação à UnB. Fizeram dinâmicas, brincadeiras com perguntas relacionadas ao curso, organizaram um tour pela UnB para que não ficássemos tão perdidos, tudo para deixar os calouros mais confortáveis. Foi maravilhoso.

No primeiro semestre cursamos uma disciplina chamada Projeto 1, com a professora Sônia Marise. É uma disciplina introdutória do curso, onde você aprende tudo sobre o curso, sobre as áreas de atuação de um pedagogo e como funcionava tudo ali dentro. Foi apresentada a nós uma grade diferenciada. Ela nos ensinou a fazer a matrícula e como proceder para acompanhar o histórico e outras demais orientações que me ajudaram bastante.

Acredito que tenha sido a matéria mais importante que já cursei, fez com que eu me apaixonasse pelo curso e pela profissão. Além do que, nos permitiu conhecer a Faculdade de Educação, fez com que eu me encontrasse dentro do curso, nos mostrando as áreas de atuação do pedagogo.

Logo no 1º semestre comecei a estagiar, recebi uma proposta para substituir o período de licença maternidade da orientadora educacional do Colégio COC. Nunca tinha entendido muito bem o papel do orientador educacional. Como estava conhecendo o curso, aceitei. Na primeira semana achei que não fosse dar conta, e fiquei apenas na observação do trabalho, para na semana seguinte, começar a trabalhar.

Trabalhei com Ensino Médio, foi uma experiência incrível, pude observar o trabalho do orientador educacional de perto e me encantei pela área. Comecei a

enxergar a real importância do orientador educacional na vida do aluno. Pude vivenciar histórias de diversos tipos, que me fizeram crescer profissional e pessoalmente. Era incrível ver a diferença que era possível realizar na vida do aluno, tanto positiva, quanto negativamente. E foi aí que nasceu em mim a vontade de pesquisar mais sobre o papel do orientador educacional.

A partir disso, iniciei o meu projeto 3, fase 1 e 2, investigando e vivenciando na prática qual era o papel do Orientador Educacional na escola, se haveria algum marco legal que o amparasse e se conseguiria desenvolver, com êxito, suas funções.

Permaneci durante um ano nessa instituição, mas precisei sair do estágio para estudar para concurso. Estudei para o concurso do TJDF, passei, mas não fui classificada. Nesse meio tempo, recebi outra proposta para trabalhar como auxiliar de orientação educacional no Colégio Dom Bosco de Brasília, aceitei e atuei durante oito meses como auxiliar da Orientadora.

Trabalhava com ensino fundamental e médio. Realizamos um projeto de orientação vocacional, onde chamávamos os alunos, de um por um, para poder conversar sobre sua vida profissional e fazer as orientações cabíveis. Tivemos um retorno muito positivo, tanto dos pais, quanto dos alunos. Notei que eles se sentiam mais situados em relação à escolha profissional e os pais se sentiam mais seguros com as escolhas dos filhos.

No Colégio Dom Bosco haviam diversos projetos, onde a orientadora conseguia colocar em prática o seu trabalho. A escola fazia um forte trabalho de orientação com os alunos. Fazíamos uma lista com a nota de todos e olhávamos as matérias que não estavam indo muito bem para encaminharmos para a monitoria. Obtivemos êxito, pois no semestre seguinte grande parte dos alunos recuperaram suas notas e o índice de alunos em recuperação diminuiu em aproximadamente 80%. Foi uma experiência maravilhosa, pude aprender e vivenciar diversas coisas sobre a área, o que despertou em mim uma vontade maior ainda de estudar o papel do Orientador Educacional.

Dei início ao meu projeto 4, fase 1 e 2, aproveitei o espaço para refletir sobre a diferença que o Orientador é capaz de fazer na vida de todos inseridos no processo escolar, quando seu papel é bem delineado.

A empresa ficava dentro de um clube, ASBAC. A criança ia para lá no turno contrário da escola. O dia dos alunos era dividido em três horários, onde podiam escolher as modalidades que fariam, dentre elas: natação, ballet, futebol, artes, circo, sendo o dever de casa obrigatório. Eu fazia o acompanhamento do dever de casa. Conseguia observar as disciplinas que tinham dificuldade e as que tinham facilidade. Com isso, realizei um projeto, onde após todos terminarem suas tarefas de casa, dividia a sala em quatro grupos: Matemática, Português, Geografia/História e Ciências. E em cada grupo colocava pelo menos um aluno que tivesse facilidade com a matéria para poder ajudar os colegas a desenvolverem as atividades propostas. Tive uma resposta muito positiva, eles adoraram e pude notar o desenvolvimento e empenho de toda a turma. Além do que, pais e professores da instituição que os alunos estudavam me deram uma devolutiva também muito positiva. Foi muito gratificante.

Junto ao trabalho estava cursando a disciplina de Orientação Educacional, que trazia as bases filosóficas, sociológicas, metodológicas e legais da orientação educacional e a trajetória histórica do profissional orientador educacional. Pude aliar a teoria à prática. A professora sempre dizia que o trabalho do orientador educacional não estava muito bem delineado dentro das escolas, que muitas vezes era confundido com o de coordenador pedagógico e psicólogo.

Comecei a me interessar muito pela área, pelo real papel do orientador educacional. Mas quis ter outras experiências dentro da escola para ter certeza do que queria. Então fui trabalhar dentro de sala de aula e com os pequenos. Consegui um estágio no Colégio CECAP, onde trabalhei com maternal e séries iniciais (2º, 3º e 4º ano). Ficava com eles no turno contrário e ajudava na realização das tarefas de casa. Foi aí que me apaixonei ainda mais pela área de atuação que havia escolhido, a orientação educacional. Não me adaptei muito bem dentro de sala de aula, percebi que amava estar em contato direto com os alunos, mas de outra maneira, como orientadora educacional. Notei a importância do orientador, em como ele faz toda a diferença dentro de uma instituição e na vida de pais, alunos e professores.

Nessa instituição notei que o orientador educacional era um pouco de tudo, e no fim, suas responsabilidades reais eram deixadas de lado. O papel do orientador estava atrelado ao de psicólogo, coordenador, assistente social e até mesmo de professor. O orientador não realizava o seu trabalho e isso deixava uma lacuna

muito grande para os educandos, pois eles precisavam do apoio do orientador e não tinham nunca, porque ele estava sempre ocupado com outras demandas da instituição.

Diante disso, notei a importância de estudar o real papel do orientador educacional, quais são suas responsabilidades e se existem regulamentos que norteiam sua função.

Então decidi que minha pesquisa seria falar sobre a importância do orientador educacional e seu papel na escola.

Durante o curso de Pedagogia cursei diversas matérias interessantes, mas notei que sobre orientação educacional e de quem é a figura do Orientador Educacional na escola está muito defasado e é um assunto muito importante, visto a diferença que ele faz no âmbito escolar. É um assunto que, com toda certeza, deve ser mais discutido em sala de aula com os universitários, para que seu verdadeiro papel seja esclarecido e valorizado.

PARTE II – MONOGRAFIA

CAPÍTULO 1 – Breve histórico da Orientação Educacional

Para entender o que é o orientador educacional, é preciso fazer uma breve retrospectiva histórica, pois há diversas vertentes ao longo de seu desenvolvimento.

Transferindo o conceito original de Orientação, para o conceito metafórico de Orientação Educacional, este pode ser definido como “uma ação consciente de situar o educando no campo educacional, segundo os pontos básicos do processo educacional”. (VITORIANO 1973)

O conceito de orientação significa ação ou efeito de orientar. Orientar é um processo humano de colocar pessoas ou coisas na direção do oriente como ponto de referência.

Mostrou-se válida na ordenação de sociedade brasileira em mudança na década de 1940 e incluía a ajuda ao adolescente em suas escolas profissionais. A autora mostra que a primeira menção a cargos de orientador nas escolas estaduais se deu pelo Decreto n. 17.698 de 1947, referente às Escolas Técnicas e industriais. (PASCOAL; HONORATO E ALBUQUERQUE , 2008 p. 102).

A Orientação Educacional no Brasil surge no início da década de 20, na capital paulista. Ela foi introduzida pelo professor e engenheiro suíço Roberto Mange, cujos trabalhos iniciais foram realizados na área de orientação profissional. (SAVIANI, 2007)

A essa época, o país atravessava um período de instabilidade econômica. No campo educacional, as oportunidades eram reservadas para as classes dominantes, enquanto que as classes menos favorecidas não podiam alcançar melhores condições de vida, ou seja, a escola reproduzia as desigualdades sociais.

No ano de 1908, na cidade de Boston (EUA), em meio a tantos avanços tecnológicos, Frank Parsons criou um sistema de orientação para adolescentes que ainda não haviam optado por uma carreira – foi o início da Orientação Profissional.

Logo em seguida, no mesmo país, a Orientação Profissional ganhou seu espaço dentro das escolas, que hoje é conhecido como Orientação Vocacional. A proposta era de orientar os alunos na área que escolheria para inserção no mercado

de trabalho. A preocupação era voltada para a formação profissional e não para o desenvolvimento do aluno.

Depois de muitos anos, a orientação começa a ganhar espaço no país e é mencionada na legislação federal brasileira. É trazida nas Leis Orgânicas do ensino, que foram criadas para dar definição a cada área de ensino e suas diversas atribuições.

A Lei Orgânica do ensino Industrial em 1942 trouxe, pela primeira vez, algo sobre Orientação Educacional. O seu papel seria trabalhar com a ascensão das qualidades morais do indivíduo, desvendando assim, suas aptidões naturais, o que ajudaria na escolha da carreira profissional.

Em seguida seu papel recebe caráter disciplinatório, alunos que saíam dos moldes desejados eram encaminhados ao SOE (Serviço de Orientação Educacional). Sua função era voltada para ajustamento e falta de disciplina, pouco ou nada voltada para a autonomia do aluno. As pessoas eram rotuladas em mais capazes e menos capazes, àqueles que exerceriam funções subordinadas e àqueles que exerceriam funções de chefia ou direção.

Nesse contexto, percebe-se uma ação discriminatória, onde, caso necessário, os indisciplinados eram postos em classes especiais e os vistos como mais capazes tinham as habilidades treinadas para que mais tarde ocupassem os melhores postos de trabalho.

Como já exposto, o histórico da Orientação perpassa por diversas fases e papéis exercidos por esse profissional, em diferentes contextos históricos e políticos. O campo de atuação era voltado para “desajustes” escolares, hoje o papel desempenhado por esse profissional é outro:

...a orientação, hoje, está mobilizada com outros fatores que não apenas e unicamente cuidar e ajudar os ‘alunos com problemas’. Há, portanto, necessidade de nos inserirmos em uma nova abordagem de Orientação, voltada para a ‘construção’ de um cidadão que esteja mais comprometido com seu tempo e sua gente. Desloca-se, significativamente, o ‘onde chegar’, neste momento da Orientação Educacional, em termos do trabalho com os alunos. Pretende-se trabalhar com o aluno no desenvolvimento do seu processo de cidadania, trabalhando a subjetividade e a intersubjetividade, obtidas

através do diálogo nas relações estabelecidas.(GRINSPUN, 1994, p. 13)

Segundo Grinspun (2003), antes o orientador era visto como uma figura “neutra” no processo educacional, para “guiar os jovens em sua formação cívica, moral e religiosa”, hoje, espera-se um profissional comprometido com sua área, com a história de seu tempo e com a formação do cidadão.

O orientador deve fortalecer o contato entre escola e comunidade, já que é tão importante para o aluno o entendimento da sua história real vivida. Com isso, o orientador consegue exercer um de seus papéis, que é atuar na construção do indivíduo, fazendo com que ele tenha compromisso com sua comunidade, desenvolvendo assim, a cidadania.

O principal papel da Orientação será ajudar o aluno na formação de uma cidadania crítica, e a escola, na organização e realização de seu projeto pedagógico. Isso significa ajudar nosso aluno **‘por inteiro’** (grifo da autora): com utopias, desejos e paixões. (...) a Orientação trabalha na escola em favor da cidadania, não criando um **serviço de orientação** (grifo da autora) para atender aos excluídos (...), mas para entendê-lo, através das relações que ocorrem (...) na instituição Escola. (GRINSPUN, 2002, p. 29)

O que mostra que seu papel vai além dos portões da escola. Ele deve auxiliar o trabalho do professor, fazer a ponte entre família e escola, dar apoio para o aluno no processo educacional, realizar projetos para atender as necessidades de seus alunos, entre outras diversas atribuições que lhe são dadas.

O orientador educacional tem um papel fundamental na vida do aluno, da família e até mesmo dos professores. É ele o responsável pela mediação entre todos os envolvidos no processo educacional. É um papel desafiador, que foi ganhando, com o passar dos anos, suma importância no âmbito escolar.

Infelizmente, seu papel ainda não está muito bem definido dentro das escolas, e ele acaba por realizar as atribuições de outros profissionais. Sua figura muitas vezes é confundida com a do psicólogo, coordenador, professor. No final, ele realiza todas essas tarefas, mas o seu real papel precisa ser bem desenhado, para que ele consiga realizar seu trabalho com excelência e sem sobrecarga.

Seu trabalho apresenta um olhar voltado para o educando, centrado na responsabilidade de formar cidadãos, de fazer valer o caráter democrático da

educação, ou seja, dar o suporte necessário para o indivíduo atuar no meio social, fazendo com que desenvolvam senso crítico.

Auxiliá-los através de uma prática pedagógica que estimule sua participação, desenvolvendo sua capacidade de criticar e fundamentar sua crítica, de optar e assumir a responsabilidade da execução e da avaliação do trabalho pedagógico. ...O orientador trabalha o aluno para o seu desenvolvimento pessoal, visando à participação dele na realidade social. (GRISPUN, 2003, p. 109)

É uma tarefa que vai se aprimorando com o passar dos anos, se ganha experiência no dia a dia. Ele está disposto no espaço escolar para orientar o aluno, ajudando a solucionar problemas que vão surgindo durante a caminhada escolar e na vida pessoal. É ele quem faz a mediação escola/família, aluno/professor, aluno/família, aluno/comunidade, comunidade/aluno família/professor e mediações/prevenções ligadas a drogas, violência e sexo, mostrando os caminhos e escolhas que o educando pode seguir. Seu papel ultrapassa os muros da escola.

Atualmente, a sala da orientação educacional é o local que o aluno vai, não só para ser orientado sobre seus comportamentos e atitudes, mas para se sentir acolhido, ouvir e ser ouvido, entender que ele tem o seu espaço no colégio e no mundo.

Orientador e professor devem caminhar juntos. Ele auxilia o professor a compreender o comportamento dos educandos, a lidar com as dificuldades de aprendizagem e mediar conflitos entre alunos, professor e comunidade.

O orientador educacional diferencia-se do coordenador pedagógico, do professor e do diretor. O diretor ou gestor administra a escola como um todo; o professor cuida da especificidade de sua área do conhecimento; o coordenador fornece condições para que o docente realize a sua função da maneira mais adequada possível e o orientador educacional cuida da formação de seu aluno, para a escola e para a vida.

É necessário que os docentes conheçam e reflitam sobre o verdadeiro significado da existência da escola e sua função social. Seu trabalho volta-se para a constante reflexão crítica da prática pedagógica. A relação é baseada em auxílio e troca de informações, onde o professor relata o que acontece, diariamente dentro da sala de aula, e o orientador utiliza a informação para agir na vida do educando. Na maioria das vezes o comportamento que o aluno tem dentro de sala de aula é

reflexo do que acontece dentro de casa, e que nem sempre ele se sente a vontade para contar a seus professores, enviam apenas sinais, ele capta e transfere para o orientador. Cabe ressaltar que na promoção das reflexões e discussões, o Orientador Educacional deve conhecer a ciência da educação incluindo as teorias da aprendizagem, as psicológicas, as ciências sociais, ou seja, possuir competência técnica.

Outros conhecimentos devem fundamentar a prática do orientador educacional, tais como a: Psicologia, Sociologia, História da Educação e História do Brasil (até nossos dias), além de outros, oriundos da Antropologia, Ciências Políticas, Metodologia e Pesquisa em uma abordagem qualitativa (ASSIS – 1994 p. 137).

No que tange à ação com a família e comunidade, o trabalho volta-se para incluir e mostrar a importância que possuem na organização e desenvolvimento da instituição. Promovendo ações que incentive pais e comunidade a participarem da rotina escolar, que possam levar seus anseios e sintam que sua opinião é válida e importante. Devem construir uma relação de confiança, onde pais e comunidade estejam sempre informados do que acontece no âmbito escolar e participem ativamente da vida de seus filhos. Isso é muito importante para que esses pais tenham sentimento de pertença e colaborem com o processo educativo. Esse é um dos desafios do Orientador, levar pais e comunidade para dentro das escolas, um espaço coletivo onde as decisões podem ser compartilhadas. (GRISPUN, 2003)

É um profissional muito solícito, contribui para a sociedade de maneira esplendida, é parceiro da educação e faz total diferença na instituição. Possui papel essencial na desenvoltura e na vida do aluno. É um papel com muitos desafios, que foi ganhando, com o passar dos anos, suma importância no âmbito escolar.

Segundo Giacaglia e Penteado (2010), “é um profissional técnico, da área de educação, que exerce uma profissão de apoio a pessoas e, portanto, de natureza assistencial.” Ainda segundo essas autoras o trabalho desses profissionais se orienta principalmente para o “bem estar e felicidade” dos alunos. É necessário compreender o educando de forma integral, e não apenas como um sujeito a ser ajustado e ensinado.

A necessidade da Orientação Educacional no Brasil surge também de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, uma vez que a educação seria a responsável pelo desenvolvimento do país.

Ela surge na década de 20, junto com um movimento em prol da educação do povo, onde o Governo estava preocupado em dar educação para todos, visando a ascensão social. Tudo isso na tentativa de amenizar a crise social e política vivida na época.

A orientação vocacional se empenha em auxiliar pessoas a tomar decisões no âmbito do trabalho, atendendo a pessoas em processos de escolha de carreira, o que ajudaria a melhorar o quadro histórico em que se encontrava o Brasil.

Em 1924 temos o primeiro Serviço de Orientação voltado para a escolha profissional, para alunos do curso de mecânica, criado pelo engenheiro Suíço Roberto Manage junto com Lourenço Filho. Em 1931, Lourenço Filho criou o primeiro serviço público de Orientação Profissional no Brasil, mas que foi extinto em 1935.

Com Getúlio Vargas no poder (década de 30) é implantado um novo processo de mudanças políticas, sociais e econômicas com o objetivo de favorecer a modernização do estado. Vargas desenvolveu uma política voltada para várias classes sociais, causando grande mudança no âmbito educacional. Visava qualificar trabalhadores para a crescente industrialização. Com isso, pessoas deixavam a vida rural e vinham tentar melhores condições nas cidades.

Art. 129: À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, e a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré - vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado... (Constituição Federal Brasileira de 1937)

É nítido que a educação era elitista, onde o ensino principal era o ensino privado e as famílias que não tinham condições para colocarem seus filhos em escolas privadas, o governo assumiria e iriam para escolas públicas.

Para Romanelli (1986), durante a ditadura do governo Vargas, se instituiu oficialmente a discriminação social através da escola. No seu artigo 129 promulgou

que: O ensino pré-vocacional e profissional é destinado às classes menos favorecidas. Com isso, estaria orientando a escolha da demanda social da educação fazendo com que o movimento renovador se calasse, pois modificava fundamentalmente o dever do Estado e limitava-lhe a ação quanto à educação.

A primeira lei que mencionou a Orientação Educacional no país foi o Decreto – Lei nº 4073, de 30 de janeiro de 1941 (Lei Orgânica do Ensino Industrial), formulada por Gustavo Capanema – ministro da Educação e Saúde Pública, que traz, em seu capítulo XII, a seguinte redação:

Art. 50. Instituir-se-á, em cada escola industrial ou escola técnica, a orientação educacional, que busque, mediante a aplicação de processos pedagógicos adequados, e em face da personalidade de cada aluno, e de seus problemas, não só a necessária correção e encaminhamento, mas ainda a elevação das qualidades morais.

Art. 51. Incumbe também à orientação educacional, nas escolas industriais e escolas técnicas, promover, com o auxílio da direção escolar, a organização e o desenvolvimento, entre os alunos, de instituições escolares, tais como as cooperativas, as revistas e jornais, os clubes ou grêmios, criando, na vida dessas instituições, num regime de autonomia, as condições favoráveis à educação social dos escolares.

Art. 52. Cabe ainda à orientação educacional velar no sentido de que o estudo e o descanso dos alunos decorram em termos da maior conveniência pedagógica

Sua função era descobrir habilidades particulares de cada educando e desvendar as aptidões naturais do indivíduo. Aqui seu referencial era baseado praticamente em bases psicológicas, ele realizava diagnósticos baseados na psicologia aplicada e indicava as profissões adequadas a cada orientando (SPARTA, 2003)

Em 1942 as Leis Orgânicas de Ensino tornam obrigatória a presença do Orientador Educacional nas escolas secundárias (somente para escola industrial ou escola técnica, provavelmente por conta de suas origens profissionalizantes).

Em 1958, por meio da Portaria de nº 105 do MEC o exercício da função do orientador educacional no ensino secundário foi regulamentado. Mas o primeiro registro oficial de um Orientador foi dado pelo MEC apenas em 1960.

Em 1961, a Lei nº 4024/61 (LDB) a orientação, antes introduzida somente no ensino secundário, passou a atender também o ensino primário. Nesta, a orientação tem um novo enfoque, suas atribuições voltam-se para todos os alunos e não mais

somente para os alunos problemas. Nesse contexto na LDB de 1961, o Orientador ganha status de Orientador Educativo (OE) e Vocacional, tornando seu trabalho mais minucioso e desenvolvido para todos os alunos, não mais voltado apenas para os “alunos-problema”.

A LDB de 1971 trouxe a obrigatoriedade do orientador nas escolas de 1º e 2º grau, sejam públicas ou particulares. No Capítulo I, no décimo artigo temos: “Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional em cooperação com os professores, a família e a comunidade”.

Em 1973 é criado o Decreto – Lei nº 72.846 de 26/06/1973, que regulamentou as atribuições do Orientador Educativo em âmbito nacional, e até os dias de hoje a atuação desses profissionais estão baseadas nesse documento. O legislador estabeleceu atribuições privativas, nas quais o Orientador deve coordenar e participar, atuando em cooperação com os demais membros da escola. Dentre todas as atribuições, que auxiliam na orientação para um trabalho prático, destaco algumas atribuições previstas nos Artigos 8º e 9º:

Art. 8º São atribuições privativas do Orientador Educativo:

- a) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em nível de: 1- Escola; 2- Comunidade;
- c) Coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global;
- d) Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando;
- h) Coordenar o acompanhamento pós- escolar;
- j) Supervisionar estágios na área da Orientação Educacional.

Art. 9º Compete, ainda, ao Orientador Educativo as seguintes atribuições:

- c) Participar no processo de elaboração do currículo pleno da escola;
- e) Participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos;
- g) Participar do processo de integração escola- família- comunidade;
- h) Realizar estudos e pesquisas na área de da Orientação Educacional. (Lei nº 72.846 de 26/06/1973)

A década de 80 traz uma série de fatores que mostra uma busca de identidade para o orientador. Apesar dos avanços legais e continuidade da movimentação da classe, o trabalho efetivo não acontecia, o que desvalorizava o trabalho desse profissional.

Isso se dá por vários fatores, um deles é o não cumprimento da lei 5692/71 que previa a obrigatoriedade do Orientador Educativo nas escolas. Um dos motivos do não cumprimento da lei era a situação econômica que o país enfrentava. Havia muitas escolas públicas e a folha de pagamento público representava uma

enorme fatia do orçamento público, onde a figura do Orientador ficava fora das prioridades de contratação.

A falta de esclarecimento e delineamento do papel do orientador nas escolas e na comunidade e a falta de estrutura para os estudantes de Pedagogia também foram pontos marcantes para a desvalorização do Orientador Educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (1996) em seu artigo 64 diz que: “A formação dos profissionais da educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação, em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida nesta formação a base comum nacional”.

A LDB (1996) deixa de se referir claramente à obrigatoriedade do profissional nas escolas. Explicitando como deve ser a sua formação, não trazendo suas atribuições, destacando apenas que para atuar na área de Orientação, é preciso ter graduação em Pedagogia aliada a uma pós-graduação em Orientação Educacional, o que foi um ganho para o curso de Pedagogia, pois na lei anterior a esta, a profissão do Orientador não exigia um curso de licenciatura específico, o que fazia com o que os Orientadores Educacionais pudessem ser professores de outras licenciaturas que não dispõe de base comum para atuar na área.

Com a não obrigatoriedade deste profissional dentro das escolas a profissão foi perdendo força. Além de todos esses fatores legais, é nítido que a educação sempre serviu mais a política do que à sociedade, visto que essas decisões foram tomadas devido a crises econômicas.

CAPÍTULO 2

RELATO DE EXPERIENCIA: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Meu relato de experiência é baseado em uma observação participante, que se deu no período de aproximadamente dois anos, onde na primeira escola realizei o projeto 3, fase 1 e 2 e na segunda escola, o projeto 4, fase 1 e 2.

O método de observação participante tem origem na antropologia e na sociologia e é geralmente utilizada na coleta de dados de situações em que as pessoas se encontram desenvolvendo atividades em seus cenários naturais, permitindo examinar a realidade social (Holloway e Wheeler, 1996).

Nesta pesquisa, foi adotada a definição de Becker (1994), entendendo que o pesquisador coleta dados, participando do grupo ou organização, observando as pessoas e seu comportamento em situações de sua vida cotidiana.

Segundo Becker (1994 p. 47) o observador participante coleta dados através da participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes dessa situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou.

Neste capítulo compreenderemos, diante das minhas observações e vivências em duas escolas particulares do Distrito Federal, que o orientador educacional não consegue cumprir, na totalidade, com as suas obrigações no que diz respeito à lei. Muitas vezes por desconhecimento da mesma, por falta de tempo, pois o orientador acaba por fazer papel de tudo e de nada dentro das instituições e por seu papel não está bem delineado no âmbito escolar.

Demonstrarei, através das observações, que quando o orientador consegue desenvolver suas funções ele faz grande diferença na vida de todos que estão inseridos no processo educativo. Na prática 1 o papel do orientador deixava a desejar, do tempo que fiquei lá, não foi realizado nenhum projeto, o orientador só tinha tempo para realizar atendimento com os alunos. Na prática 2, notei diferença assim que entrei na escola, as funções eram bem divididas, cada um sabia seu

papel e importância na escola. O que permitia que o orientador realizasse, na maioria das vezes, o seu papel.

2.1 Escola 1: Uma escola focada no acesso ao Ensino Superior

Estava no primeiro semestre, as aulas na UnB tinham começado há dois meses, ainda estava conhecendo o curso. Fui contratada para assumir o cargo da Orientadora Educacional do Ensino Médio, durante o período da licença maternidade da orientadora. Por ser uma escola de grande porte, o foco era preparar os alunos para aprovação no Processo de Avaliação Seriado (PAS) e vestibular.

A instituição está localizada na Asa Sul – Distrito Federal e atende alunos, em sua grande maioria, com alto nível socioeconômico e suas modalidades de ensino são: Ensino Fundamental II, Ensino Médio e curso preparatório para o PAS e vestibular.

Não conhecia muito bem a área, tinha conhecimento do que eu já havia vivenciado como aluna em período escolar, mas mesmo assim, não sabia distinguir um orientador de um coordenador ou psicólogo, por exemplo. Aceitei, mesmo achando um enorme desafio.

A primeira semana foi de adaptação, onde observei o trabalho da orientadora e ela foi me sinalizando em como teria que proceder na ausência dela. No primeiro momento achei que não fosse dar conta, era muita informação, parecia tudo muito mecânico. Depois fui me adaptando às normas da escola e ficou tudo mais fácil.

Na segunda semana, quando comecei a trabalhar de fato, fiquei muito insegura, pois além de nunca ter atuado na área eu tinha mais ou menos a mesma idade que meus alunos, e achava que isso pudesse ser um problema. Mas não foi, inclusive me ajudou muito, conseguia falar com eles de igual para igual.

Apesar da insegurança, consegui realizar meu primeiro atendimento sozinha. Não foi fácil, pois não tinha ideia do que poderia dizer, que posição deveria tomar diante de um pai ou de um aluno e muito menos o que o meu papel representava.

O que um orientador fazia? Até onde ele poderia ir? Quais trabalhos ele poderia e deveria desenvolver com os alunos? O que ele realmente representava para pais e alunos? Qual a contribuição dele no âmbito escolar? Eu poderia

desempenhar a função de um Orientador? Muitos questionamentos, que foram sendo sanados, aos poucos, durante a minha trajetória acadêmica e profissional.

Uma das atribuições do Orientador Educacional é supervisionar estágios na área da Orientação Educacional. O meu estágio foi supervisionado pela coordenadora pedagógica, o que mostra que os papéis não são muito bem delineados dentro das instituições.

O primeiro atendimento foi muito marcante. Foi de uma aluna que disse estar grávida. Ela tinha 14 anos, tinha um histórico conturbado na escola, era agressiva e não tinha muita paciência com os funcionários e colegas. Foram acontecendo boatos nos corredores da escola e eu decidi chama-la para saber se estava tudo bem e se era verdade. Depois de muita conversa, ela confirmou. Disse que estava grávida do ex-namorado, mas que não tinha contado para a família e que nem contaria. Chegou a me dizer que teria o bebê e jogaria fora. Conversamos bastante e ela permaneceu com a opinião. Aconselhei que ela conversasse com a família, pois ela precisava desse apoio, mas ela relutou.

Durante toda a semana fiquei observando o comportamento dela nos intervalos e dentro de sala de aula. Ela parecia muito feliz, tirava fotos com as colegas beijando a barriga e estava sempre com as mãos no pé da barriga. Achei estranho, pois não condizia com o que ela havia dito de não querer a criança. Chamei-a novamente para dizer que chamaria a mãe dela para conversar, pois o assunto era muito sério. Ela me pediu que não, que ela mesma contaria. No dia seguinte, ela me disse que já tinha contado e que todos tinham ficado muito felizes.

Decidimos chamar os responsáveis. Nesse atendimento, pedi ajuda da coordenadora, estava insegura, não sabia como dar a notícia e em como lidar com toda a situação. Contamos a ela o que estava ocorrendo e ela ficou muito nervosa, pediu que chamássemos a filha para que ela mesma contasse. Ao entrar na sala ela ficou muito nervosa e não parava de chorar. Pedi que ela contasse para mãe o que estava acontecendo. E ela só gritava: “Eu pedi pra você não contar, nunca mais te conto nada”. Por fim ela decidiu dizer que era tudo mentira, que tudo aquilo não passava de uma brincadeira e perguntou se já poderia voltar para a aula.

Fiquei sem reação e decidi ficar só observando as medidas que a coordenadora iria tomar. Ela falou para a aluna voltar para a sala, que depois conversariam sobre o que tinha acontecido. Conversamos com a mãe e ela disse

que ela estava dando muito trabalho em casa e que ela e o marido decidiram usar uma nova tática, fingir que não davam muita importância para as coisas que ela fazia.

No dia seguinte chamei a aluna, ficou receosa em conversar comigo, mas expliquei porque tinha tomado a decisão de contar para a mãe, que só queria o bem e que estava ali para o que ela precisasse. Queria entender porque ela tinha inventado tudo aquilo. Ela me disse que queria que os pais e amigas a tratassem bem. Conversei com ela, disse que a vida não era assim, que ela não precisava ter causado todo esse transtorno para ter carinho dos pais e amigas.

Enfim, conversamos e ela, que havia entrado na sala chateada, saiu de lá me agradecendo, com uma lista, que fizemos juntas, de coisas que ela poderia melhorar para que as pessoas a tratassem melhor e disse que iria pedir desculpa para a família. Depois desse episódio, ela passou a se relacionar melhor com todos em sua volta.

Segundo o decreto N° 72.846, DE 26 DE SETEMBRO DE 1973, Artigo 8º letra “G”, diz que o orientador deve sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial. O que deveria ter sido feito no caso dessa aluna, mas diante do meu despreparo e falta de informação, o devido processo não foi realizado por completo.

Nessa mesma escola tinha um grupo de amigos que frequentavam muito minha sala, adorava conversar com eles, eram divertidos e sempre me contavam tudo que estava acontecendo na escola.

Uma das meninas do grupo vivia de casaco e eu sempre brincava com ela, que não entendia aquele casaco naquele calor. No início achei que fosse alguma insegurança com o corpo, mas ela tinha um corpo muito bonito. Ela parecia uma garota muito segura e feliz, fazia hip hop, tinha ótimas notas, participava de todos os eventos da escola e sempre cercada de amigos.

Um dia ela estava chorando e eu a levei para minha sala. Enquanto nós conversávamos peguei na mão dela, levantei um pouco do casaco e vi que ela estava cheia de arranhões. Perguntei o que era, ela rapidamente puxou o casaco e disse que tinha se machucado. Não falei nada, quis deixá-la à vontade para me contar o que estava acontecendo.

Fui sondando com os amigos e observando o comportamento dela. Por fim, descobri que ela se automutilava. Todas as vezes que ela se deparava com alguma situação que a irritasse, se mutilava. Com o passar do tempo fui conquistando a sua confiança e ela me contou que fazia isso porque se sentia culpada por certas coisas não darem certo na vida dela. Se cobrava muito, era muito perfeccionista. As crises estavam aumentando, estava se mutilando dentro de sala de aula, o que deixava sem reação e assustava os colegas e professores.

Chamei a mãe para conversarmos. Ela era professora e demorei, em média, duas semanas para conseguir marcar uma reunião. Ela nunca tinha observado esse comportamento da filha, o que me assustou um pouco, pois ela vivia de casaco e blusas compridas dentro de casa e a mãe nunca notou.

Aconselhei que buscassem ajuda de um psicólogo e de início acharam uma péssima ideia, que ela não precisava disso. Aos poucos conseguimos que elas entendessem que não dariam conta sozinhas, que ir ao psicólogo não era um problema. No final do ano ela já estava bem melhor, as crises haviam diminuído e a mãe estava aceitando melhor a situação.

Nesse caso já havia identificado a necessidade de indicar à família que procurasse um especialista da área, cumprindo assim, com uma das atribuições do orientador educacional, exposto no decreto N° 72.846, DE 26 DE SETEMBRO DE 1973, Artigo 8º letra “G”, citado acima.

Quando chegava perto do final de bimestre, muitos alunos me procuravam para fazer a média de quanto precisavam tirar na prova de recuperação. Participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos é uma das atribuições do orientador, prevista no decreto N° 72.846, DE 26 DE SETEMBRO DE 1973, Artigo 9º letra “E”.

Em uma dessas vezes, uma aluna que nunca havia ficado de recuperação, foi até minha sala. Quando abri o boletim fiquei preocupada, e fui fazer os cálculos com ela. De repente ela começou a chorar, tentei acalmá-la, mas percebi que não era apenas pela recuperação que ela estava daquele jeito. Fomos conversando, até que ela me contou que estava com medo do pai, pois ele ficava observando ela tomar banho pela fechadura do banheiro e não queria conversar com a mãe, pois sabia que ela não acreditaria.

Perguntei se ela tinha certeza do que estava acontecendo e ela me disse que certa vez tinha filmado ele olhando pela janela do banheiro. Ela me pediu que não contasse nada a ninguém, porque tinha certeza que ninguém iria acreditar, o pai era muito amoroso e muito próximo de todas as filhas.

Chamamos a mãe na escola, para uma reunião qualquer e ela desabafou, dizendo que o pai biológico das filhas havia sumido, assim que descobriu que ela estava grávida da segunda filha. As filhas não sabiam, pois eram muito pequenas quando tudo aconteceu. A mãe era completamente obcecada pelo padrasto e culpava as filhas por ter sido abandonada pelo ex-marido. Achamos melhor não conversar com a mãe sobre o que a aluna nos confidenciou. O diretor da escola conhecia a avó da família e achamos melhor conversar com ela.

A avó ficou muito assustada, caindo em negação, dizendo que o padrasto seria incapaz de fazer qualquer coisa com as enteadas. Logo viu a gravidade da situação e disse que iria observar melhor a relação dele com as netas, que daria umas incertas na casa da filha. Pedimos que nos mantivéssemos informados e que qualquer coisa podia contar conosco.

Em menos de um mês descobri que a aluna estava indo morar com a avó. Liguei para a avó para ter notícias e ela me disse que em uma das incertas, viu o padrasto olhando a neta trocar de roupa pela fechadura da porta. Foi conversar com a filha e ela disse que isso era loucura, que ele nunca faria isso. A avó achou melhor levar as netas para morar com ela, e a mãe concordou.

Chamei a aluna para conversar, saber como ela estava. Disse que estava bem, que não tinha entendido nada, que a vó havia chamado ela e a irmã para morarem com ela e elas acharam ótimo. Perguntei como estava a relação dela com a mãe, e ela me disse que bem. Ficamos aliviados por termos evitado uma situação mais séria e por ter visto melhora no comportamento da aluna. Ela conseguiu recuperar todas as notas e aparentava estar mais feliz.

A Orientação Educacional, embora não seja explicitada na Lei em termos de conceito, está caracterizada por seu aspecto preventivo e psicológico (GRINSPUN). É dever do orientador realizar palestras preventivas sobre sexualidade. A partir desse caso, poderia ter sido realizado um projeto preventivo, onde falasse sobre sexualidade geral, onde abordasse inclusive, o abuso sexual e suas prevenções.

Fiquei por um ano na instituição. Sai de lá me sentindo realizada e agradecida por terem me dado oportunidade e confiança de ocupar um cargo tão sério e que despertou em mim a vontade de seguir carreira na área. O que me ajudou muito, pois tinha dúvidas da profissão que havia escolhido, não sabia o que queria fazer dentro da Pedagogia.

Atendi diversos casos, dos mais tranquilos aos mais sérios. Tive alunos com necessidades especiais, alunos que descobriram que foram abandonados pelos pais, que foram violentados, gravidez na adolescência, usuários de drogas, entre outros.

Era uma escola grande, muito voltada para aprovação no PAS e vestibular. Era uma orientadora para cada 7 turmas, com 36/40 alunos. O que inviabilizava que o orientador realizasse seu trabalho.

Por ser um colégio grande, tinham muitos casos interessantes e que poderiam ser sanados por ação do orientador, mas como ele mal conseguia acompanhar o comportamento de seus alunos ficava difícil, por exemplo, fazer um trabalho de orientação vocacional ou desenvolver projetos de prevenção.

2.2 Escola 2: Uma escola que forma para a vida em sociedade

Outra instituição que trabalhei, onde tive a oportunidade de atuar durante oito meses, era um Colégio particular, católico e tradicionalista, voltado para valores que permeiam a vida e não somente o vestibular. Está situado no Distrito Federal, na Asa Sul, atende diversos níveis socioeconômicos e suas modalidades de ensino são infantil, fundamental I e II e Ensino Médio.

Atuava como assistente da orientadora do Ensino Médio. Realizava o pré-atendimento e só quando não conseguia solucionar, passava o caso para a orientadora.

As atribuições eram todas muito bem divididas e o papel de cada um era nítido dentro do Colégio. Ao entrar na escola recebi um material com todas as atribuições de um orientador educacional, para orientar sobre qual seria o meu papel.

O que facilitava o trabalho da orientadora, ela tinha tempo para planejar e aplicar todos os projetos, o que é a dificuldade de toda orientadora, já que seu papel,

na maioria das escolas, não é bem definido e ela acaba por realizar funções alheias a sua.

Passávamos a manhã praticamente toda em atendimento, o colégio tinha um projeto de orientação vocacional profissional incrível. Era realizada uma pesquisa com os alunos do 9º e 3º ano, com os cursos que eles tinham mais interesse, com isso, realizávamos algumas palestras falando sobre os cursos mais comentados.

Eles escolhiam um curso que mais chamasse atenção e faziam uma pesquisa mais aprofundada para escreverem uma redação, falando o porquê escolheriam aquela profissão, como se viam atuando, quais eram os pontos positivos e negativos e o que esperavam do mercado de trabalho da área. Líamos todas as redações e chamávamos de um por um para fazer devidas orientações, clarear as ideias e mostrar a realidade das profissões.

Tivemos o caso de um aluno que vinha de família tradicional de médicos e ele queria fazer artes plásticas. Porém nunca havia conversado com os pais sobre isso, tinha medo da reação, já que todos os irmãos seguiram carreira na medicina e ele não tinha interesse algum.

Ele relatou tudo isso na redação, dizendo que estava receoso, que por mais que tivesse certeza da escolha, tinha medo e que por diversas vezes pensou em mudar de curso, mas sabia que não seria feliz. Ele nos pediu ajuda para conversar com os pais e então marcamos uma reunião.

Conversamos com os pais sobre o projeto que estava acontecendo na escola e falamos da angústia do filho. Eles disseram que já imaginavam, que não estavam satisfeitos, mas não tinham o que fazer, só estavam esperando o filho conversar com eles.

De acordo com o Decreto – Lei nº 72.846 de 26/06/1973 o orientador deve coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global, coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando.

Era exatamente o trabalho que era realizado na escola. Além do projeto, a orientadora deixava os alunos a vontade para irem até ela para conversarem sobre o assunto, sempre dando orientações cabíveis.

Segundo o Decreto – Lei nº 4.244 de 9/4/1942 (Lei organiza do Ensino Secundário) – Título III – Da orientação Educacional – Capítulo VI:

Artigo 81 – É uma função da orientação educacional, mediante as necessárias observações cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha de sua profissão, ministrando-lhes esclarecimentos e conselhos, sempre em atendimento com a sua família.

Outro caso que atendi nessa escola foi de uma aluna que teve fotos, tomando banho no banheiro da escola, vazadas entre os colegas. A aluna era do 3º ano e tinha uma irmã no 1º ano. A irmã recebeu a foto e foi falar conosco. Na tentativa de saber quem tirou e enviou as fotos, chamamos todos os alunos que estavam nos grupos sociais que esses arquivos foram enviados.

Ninguém sabia de nada. Por fim deduziram que as fotos foram enviadas do celular de uma colega do 1º ano. Ela negou, disse que não sabia de nada. Chamamos a aluna que teve as fotos vazadas. Ela nos explicou que a foto foi tirada na época da gincana da escola, ela estava tomando banho para tirar a tinta do corpo, que usou para uma apresentação. Foi abrir a porta para pedir um shampoo pra uma amiga, e nessa hora a foto foi tirada.

Ela disse não ter visto nada e falou o nome de todas as pessoas que estavam dentro do banheiro naquele dia. Chamamos todas, e a colega do 1º ano, que disse que não havia nem entrado no banheiro na hora que as meninas estavam tomando banho, estava entre as pessoas que a aluna citou.

Chamamos o pai da aluna que estávamos suspeitando ter tirado a foto. Ele era advogado, o que deixou ele muito assustado, pois sabia a gravidade da situação.

A mãe da aluna que teve as fotos circulando pediu que chamássemos a polícia, pois ela queria saber quem era o dono do celular que enviou as fotos e que todas fossem apagadas, evitando assim um maior constrangimento para a filha. O que o orientador deve fazer nesse caso é informar todos os direitos e a quem se deve pedir ajuda.

A escola orientou que ela mesma fosse a delegacia fazer o boletim de ocorrência e que as medidas, cabíveis a escola, seriam tomadas assim que soubéssemos quem tirou e enviou as fotos.

O que o orientador deve fazer nesse caso é conversar com todos os alunos, informando os preceitos legais, quais são as punições que podem ocorrer, explicar a

gravidade do ocorrido e orientar sobre as atitudes sociais, pedir que os colegas se coloquem no lugar do outro.

A atitude tomada pela Orientadora foi exatamente essa. Entramos em todas as salas para conversar sobre o ocorrido e explicar a gravidade da situação, pedimos que todos se colocassem no lugar dela e em como aquilo era constrangedor. Pedimos que todos apagassem as fotos e não mandassem para mais ninguém. Por fim, a aluna que suspeitávamos foi suspensa por dois dias e o pai não levou o relatório e nenhuma outra atitude foi tomada.

Outro caso foi de uma aluna do 9º ano. Eu acompanhava os alunos durante o intervalo, e um dia observei um movimento estranho entre as meninas do 9º ano. Alguns minutos após o intervalo a professora de Português e uma aluna chegaram desesperadas na minha sala, dizendo que tinha uma aluna passando muito mal dentro da sala de aula. Assim que entrei na sala já senti um cheiro estranho, tentei levanta-la, mas estava completamente mole. Pedi ajuda de um professor, levei-a para o banheiro para tentar limpá-la e dar água. Perguntei o que ela tinha bebido, e ela disse, com a fala muito embolada, que nada, que tinha comido algo estragado.

Chamamos os responsáveis, ela morava com os tios. Conversamos com a tia e decidimos que ela seria suspensa e que haveria uma reunião para avaliar como ficaria a situação dela na escola.

Foi marcada uma reunião à tarde, com o diretor, a coordenadora e a orientadora. Poucos sabiam da história de vida da aluna. Ela e a irmã já tinham sido abusadas pelo padrasto, por isso foram morar com os tios, que também as maltratavam fisicamente. Desde então a aluna começou a ter problemas com álcool.

Em uma das opções do que poderia acontecer com a aluna era pedir que ela se retirasse da escola. Nesse momento me posicionei, não concordava com a ação, já que via que a aluna precisava de ajuda, e não de mais punição. Porém o que ficou decidido foi isso, ela seria expulsa do colégio.

Esse foi um dos casos em que a escola não agiu nas conformidades da lei. Primeiramente, o Conselho tutelar deveria ter sido acionado, já que a aluna sofria maus tratos e precisava de uma ajuda que não cabia mais a escola. Outro ponto que cabe destacar é que expulsa-la não foi a melhor solução, mesmo sendo uma falta grave cometida pela aluna, o que ela precisava era de uma intervenção pedagógica com o auxílio de um acompanhamento psicológico.

Por fim, o caso que mais marcou minha trajetória até hoje, foi de um aluno, que assim que entrei na escola me disseram: “olha, fica de olho nele, vai te dar muito trabalho, ele é custoso demais”. Já me senti desafiada e tentei me aproximar. No começo foi fácil, ele estava aberto e conseguíamos conversar bastante. Fui descobrindo diversas coisas sobre a vida que levava. Morava com a mãe, em uma quitinete. Sempre que falava da mãe, ele se alterava. E eu sempre tentava acalmá-lo, mas ele dizia: “você não conhece ela, não sabe o que ela faz”.

Ele tinha várias ocorrências na escola e em uma aula de Português, ele discutiu com a professora e a xingou. Ele estava muito alterado, xingou e destratou todos que apareceram pela frente. Uma das pessoas foi o professor de Matemática, que não soube lidar com a situação e também se alterou. Nesse caso, o orientador deve intervir, cabe a ele integrar todos os segmentos que compõem a comunidade escolar: direção, equipe técnica, professores, alunos, funcionários e famílias, visando à construção de um espaço educativo ético e solidário.

É o que dizem Giacaglia e Penteado (2002, p. 15): "participando do planejamento e da caracterização da escola e da comunidade, o orientador educacional poderá contribuir, significativamente, para decisões que se referem ao processo educativo como um todo".

O diretor decidiu convocar uma reunião para falar do comportamento do aluno. Levantaram a hipótese de convidar o aluno a se retirar da escola, já que estava dando muito trabalho. E eu novamente, fui voto vencido, junto com a assistente social.

Colocamos a situação do aluno e pedimos uma chance, que o diretor marcasse uma reunião com a mãe para conhecermos e explicar o que poderia acontecer com o filho dela. Depois de diversas tentativas, reunião marcada. Estávamos todos reunidos, diretor, coordenadora e orientadora do Ensino Fundamental e Médio, assistente social e a mãe.

Num primeiro momento, conversamos apenas com a mãe. Explicamos que estávamos precisando da ajuda dela para que o filho melhorasse seu comportamento, pois ele estava muito perto de perder a bolsa integral que tinha na escola. Ela nos assustou com a resposta, dizendo que ele era um peso em sua vida, que o ex-marido havia largado ela por causa dele, que ele não merecia nem morar em uma casa digna, por isso moravam numa quitinete e que se ele não se

alimentasse na escola, iria ter que se virar em casa, porque ela comia fora todos os dias, para não ter que fazer comida.

Ficamos todos boquiabertos e decidimos chamar o pai para conversar, e ele disse que não queria o filho morando com ele, que pagava pensão e não tinha mais nada que pudesse fazer.

Diante de toda a situação decidiram não expulsá-lo. Chamamos o aluno e pedimos que ele nos ajudasse a ajuda-lo. Perguntamos se ele estava disposto a mudar, e ele disse que sim, que queria muito permanecer na escola, já que era o único lugar que se sentia bem.

Foi feito um trabalho de integração com a turma, pois ninguém queria se relacionar com o aluno. Conversávamos pelo menos uma vez por semana, ele sempre se queixava de algum fato ocorrido em casa, mas fomos orientando que ele tivesse paciência, que as coisas iriam se ajeitar.

Com o passar do tempo, fomos vendo melhoras significativas no comportamento do aluno, começou a ser mais participativo e a se aproximar dos colegas. O sentimento de revolta permanecia, mas ele estava aprendendo a lidar melhor com a situação.

A escola tinha um projeto de integração muito interessante. Cada sala tinha um representante e um vice representante e uma vez por mês se reuniam com o diretor da escola, no chamado “Café da manhã com o diretor”. Uniam todos os representantes e vices em uma sala de reunião, onde eles contavam ao diretor o que haviam acontecido durante o mês, mencionavam casos atípicos e davam sugestões de mudanças que achavam necessárias. Os alunos adoravam, se sentiam pertencentes à escola e ficavam fascinados com a relação e proximidade que tinham com seu diretor.

Esse foi um dos projetos que a orientadora levou para a escola. Outro foi o “Diário de rotina”, que contava com a ajuda dos professores e da auxiliar de corredor. Todas as manhãs eram deixadas em cima da mesa de cada sala uma lista de chamada, com espaço para o professor descrever as atividades realizadas em sua aula e se teriam dever de casa. No final da manhã, a auxiliar de corredor recolhia todas as pastas e alimentava o sistema com todas as informações, simultaneamente, eram enviados e-mails para todos os pais, dizendo o que tinha acontecido pela manhã, quais os conteúdos dados em sala, e se por ventura, algum

aluno tivesse faltado, era encaminhado um e-mail para o responsável, para saber se estava tudo bem e se precisavam de algum apoio.

Eram projetos muito bem elaborados e que obtinham respostas positivas, tanto dos pais como dos alunos. A escola estava em constante contato com os pais. Todo esse ambiente criado pelo corpo pedagógico propiciava melhoras no ensino aprendizagem, que é a principal função do Orientador: garantir a qualidade de ensino e de desempenho dos estudantes.

Na primeira escola constatei que a falta de definição de função era geral. O que dificultava ainda mais o trabalho do orientador. De todas as atribuições legais do Orientador Educacional, vi poucas acontecerem de fato. Os alunos ficavam soltos, os atendimentos não tinham fundamento, pois não eram contínuos e muitas vezes caíam em esquecimento por parte do Orientador Educacional. Era como se a figura do Orientador não tivesse sentindo algum e ele estivesse ali apenas para “apagar incêndios”.

Eram muitos casos e muitos alunos. Além de tudo isso, a orientadora ficava sobrecarregada e não conseguia sequer acompanhar o comportamento de seus educandos.

Ao mesmo tempo em que ela não tinha função definida, realizava a função de todos, deixando a dela desfalcada. O que fazia com que todo o trabalho educacional desandasse, já que se sabe que para um bom resultado escolar, é preciso que todos os setores estejam funcionando bem e colaborando entre si.

Já na segunda escola, senti grande diferença, pois os papéis eram muito bem divididos, cada um tinha sua função, mas mesmo assim, se ajudavam, complementavam. Todos os casos que chegavam até o SOE (Serviço de orientação educacional) eram solucionados e registrados na pasta do aluno.

A orientadora realizava constantes projetos preventivos e de orientação vocacional, estava sempre em contato com a comunidade, participava de todas as reuniões e promovia eventos entre pais e alunos.

Fica nítida a diferença que a Orientador Educacional realiza na vida de pais e alunos, se constrói uma relação de confiança, os pais se sentem pertencentes à vida escolar de seus filhos e tem liberdade para opinar. Tem confiança no trabalho da Orientadora, pois veem o compromisso que ela tem com o trabalho que desempenha.

Quando o papel é bem definido, o orientador faz diferença na vida do educando, proporciona um ambiente escolar mais acessível, ao modo que ele se aproxima de seu aluno, compreende sua vida pessoal e tenta fazer um link com a vida escolar/profissional, facilitando o ensino aprendizagem e esclarecendo inquietações que vão surgindo no percurso escolar. Além dos projetos preventivos que realiza, que se bem feito, podem evitar que diversas situações negativas aconteçam na vida de seus educandos.

Foram experiências maravilhosas. Pude acompanhar de perto a realidade vivida nas escolas, em como é difícil lidar com certas situações, mas como é uma profissão maravilhosa e gratificante. É preciso ter muito claro que o aluno merece o melhor, mas que tem casos que não cabem ao Orientador e que nem sempre serão solucionados, pelo menos, não imediatamente.

É um trabalho árduo, mas que no final sempre vale a pena. Ir para casa com a sensação de dever cumprido, planejar projetos educacionais, pensar em como poderia resolver a situação de cada aluno, estar sempre pensando neles não é fácil, mas quando acredita e se tem amor pela profissão, tudo se torna mais simples.

Pude perceber, ao conversar com todo o corpo pedagógico, das duas escolas, que nem mesmo eles sabem qual a função do orientador, no que ele pode orientar, ajudar e melhorar dentro das escolas. Os papéis são completamente confundidos e invertidos, o orientador é mais visto como “protetor” dos alunos do que como um profissional que está inserido na equipe de gestão, que trabalha em parceria com os professores (para compreender o comportamento do aluno e agir da maneira apropriada em relação a eles), com a escola (na organização e realização da proposta pedagógica) e com a comunidade (orientando, ouvindo e dialogando com pais e responsáveis) em prol do desenvolvimento pessoal do aluno.

A partir das experiências relatadas apresento a seguir propostas de melhorias a partir de minha visão como Pedagoga, do que pode ser feito pela escola para compreender e valorizar o papel do Orientador Educacional.

A primeira proposta é que façam reuniões internas e expliquem qual o papel do OE, estabeleçam as atribuições de cada um no corpo pedagógico. Trazendo em pauta as leis que regem esse profissional, mostrando os déficits que podem ser sanados se houver trabalho conjunto com o OE.

Fazendo isso, a comunidade e os alunos irão compreender melhor, pois essa falta de compreensão é um reflexo que vem de dentro da escola. Se nem a escola sabe qual o papel daquele profissional, como todo o resto saberá? No momento que o papel é bem definido, tudo fica mais claro.

Destaco também a importância de se formar uma equipe de Orientação, que seria composta por um orientador por segmento educacional, auxiliares de orientação, um assistente social e um orientador vocacional, se tratando do Ensino médio. Sendo assim as funções serão bem divididas não sobrecarregando apenas um profissional, fazendo com que o atendimento seja mais eficiente e colaborativo.

Outra opção também seria a contratação de um psicólogo, pois quando este profissional se une ao Orientador tem a possibilidade de resolver conflitos maiores, podendo o psicólogo auxiliar, até mesmo o Orientador, sobre como lidar com as particularidades dos pais e as especificidades de seus alunos. Ocorre uma troca de conhecimento muito rica entre esses dois profissionais, o que propiciaria um trabalho mais completo e o Orientador Educacional não ficaria tão sobrecarregado.

Com isso, o orientador terá o seu lugar definido na escola, com tarefas divididas terá mais tempo para realizar suas atribuições, conforme o esperado pela comunidade escolar. Essas atitudes tomadas por parte da escola trará à figura do orientador um sentimento de valorização pessoal e profissional, fazendo com que ele se sinta útil ao ver o seu trabalho surtindo efeitos e resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado e das experiências vividas pode constatar que a formação dos profissionais de Orientação Educacional não favorece as necessidades originadas durante a atuação, principalmente evidenciando o que vem a ser o Serviço de Orientação Educacional.

Considerando as observações e experiências vividas na prática, nota-se que o papel do orientador, ainda hoje não é bem delineado e não recebe a importância que deveria, onde esses profissionais continuam assumindo funções não obstantes de suas atribuições, como por exemplo, trabalhar em funções administrativas.

Com base nas observações, os autores pesquisados e na legislação atual constata-se que existe uma teoria, um marco legal sobre o papel do Orientador na escola, existe um movimento de uma prática pedagógica, mas a teoria não consegue apoderar-se de toda a prática e por isso é necessário que exista uma equipe multidisciplinar e vários tipos de orientação, onde fique claro não deve ser um orientador e sim uma equipe de orientação.

Apenas um não dá conta, visto que, dependendo da trajetória profissional, sua formação será voltada para apenas um foco, podendo gerar uma sobrecarga e inoperância na resolução de problemas dos estudantes.

Por conta dessa sobrecarga, a efetividade de seu trabalho é comprometida, pois as demandas mais urgentes da escola não permitem que o trabalho de prevenção seja realizado, ou seja, o profissional não consegue atuar de forma preventiva e sim de forma pontual.

Quando a função é bem desenhada e todos sabem seu papel, fica muito mais simples cumprir com as obrigações, trazendo melhora significativa para o bom andamento da escola, visando a qualidade de ensino e bom desempenho dos estudantes.

PARTE III - PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

A princípio, o curso de Pedagogia não era um sonho. Entrei sem conhecer e logo no primeiro semestre me apaixonei pela área. Hoje concluo o curso com a certeza de que fiz a escolha certa e ciente da importância do meu papel como educadora.

Sempre estudei para concurso, passei em alguns, mas não fui bem classificada. Decidi então me dedicar à Universidade e agora que concluo essa importante etapa, vou me dedicar para realizar mais um sonho: ser aprovada em concurso público, em busca da minha estabilidade financeira.

Enquanto o sonho não se concretiza, pretendo continuar atuando no serviço privado, na área Educacional. Almejo uma especialização em Orientação Educacional e, posteriormente um mestrado e um doutorado na mesma área.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Secundário.

BRASIL, Lei nº. 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Estabelece o Papel do Orientador Educacional.

BRASIL, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Primeira Lei de Diretrizes e Bases.

BRASIL, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Lei de Diretrizes e Bases sancionada durante o regime militar.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.

BRASIL, DECRETO - Nº 72.846, de 26 de setembro de 1973. Acerca do objeto da Orientação Educacional a assistência ao educando.

DISTRITO FEDERAL, Lei Orgânica. 08 de junho de 1993

BAQUERO MIGUEL, Godeardo. Métodos e técnicas de orientação educacional. São Paulo : Loyola, 1972.

BAQUERO, Victoriano. Introdução a orientação educacional. São Paulo: Loyola, 1973.

BICUDO Maria Aparecida. Fundamentos de orientação educacional. São Paulo: Saraiva, 1978.

FIALHO Valdete. O papel do Orientador frente à violência escolar. Em < http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/C205269.pdf > Acesso em: 9 mai. 2015.

GIACAGLIA Lia Renata Angelini. Orientação educacional na prática: princípios, técnicas, instrumentos. São Paulo : Thomson, 2003.

GIACAGLIA, Lia; ANGELINI, Renata.; PENTEADO, Wilma M. A. Orientação educacional na prática: princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos, 6ª. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. A profissão de Orientador Educacional. Em < <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/222.pdf> > Acesso em: 19 abr. 2015.

GRISPUN, Míriam P. S. Z. A Orientação Educacional: conflitos de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo: Cortez, 2003.

GRISPUN, Míriam P. S. Z. A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PASCOAL Miriam; HONORATO Eliane Costa; ALBUQUERQUE Fabiana Aparecida. O orientador educacional no Brasil. Em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982008000100006 > Acesso em: 18 mar. 2015.

PIMENTA Selma Garrido. Pedagogo na escola publica: Uma proposta de atuação a partir da análise critica da orientação educacional(o). São Paulo: Loyola, 1943.

REVISTA NOVA ESCOLA, Quem é e o que faz o Orientador Educacional. Em < <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/orientador-educacional-424364.shtml>> Acesso em: 19 abr. 2015.

RIBEIRO, Jaqueline Gonçalves; MESQUITA Lorraine Barbosa; CALIMAN Elizene - A prática da Orientação Educacional no Distrito Federal – Em < http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/b44609f9fc3cbbe652cc151fb0b52f72.pdf > Acesso em: 08 mai. 2015.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Em < http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/diretrizes_pedagogog_2ciclo.pdf > Acesso em: 19 jun. 2015.

SPARTA, Mônica. O desenvolvimento da Orientação profissional no Brasil. Revista Brasileira de Orientação Profissional vol. 4, n1-2, pp. 1-12, 2003. Em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-33902003000100012&script=sci_arttext > Acesso em: 19 jun. 2015.